

REFAZENDO PERCURSOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CATEGORIAS JOVEM E JUVENTUDE NO BRASIL

Remaking passages: considerations about the young and
youth categories in Brazil

CASSAB, C.

Recebimento: 08/10/2009 – Aceite: 17/12/2010

RESUMO: Definir o momento da juventude e o sujeito jovem significa entender essas categorias enquanto históricas e culturais. O que pressupõe a compreensão de que os jovens e a juventude são distintos no tempo e no espaço. O trabalho tem como objetivo delimitar essas categorias em seu movimento, sinalizando como ambas são carregadas de sentidos que denotam momentos específicos da história brasileira. Para tanto, o texto divide-se em dois momentos: no primeiro, será abordado como, desde o século XIX, o jovem tem sido pensado e tratado no Brasil. Nessa parte, a ênfase está na forma como o jovem tem sido representado no âmbito familiar e pelo Estado. Já na segunda parte do texto, será realizada uma breve revisão da literatura sociológica sobre o tema juventude.

Palavras-chave: Jovem. Juventude. Brasil.

ABSTRACT: Defining the moment of youth and the young citizen means to understand these categories as being historical and cultural. The work has as an objective to delimit these categories in its own movement signaling as both are loaded of senses that denote specific moments of the Brazilian history. The text is divided into two moments. In the first one it will be approached how, since XIX century, the young has been thought and treated in Brazil. In this part the emphasis is on the way the young has been represented in the familiar scope and by the State. In the second part of the text, one brief revision of sociological literature on the topic will be carried out.

Keywords: Young. Youth. Brazil.

Introdução

Durante o processo de doutoramento, empreendeu-se um esforço para refletir sobre a condição dos jovens pobres na cidade, exigindo um retorno à construção das categorias jovem e juventude. Esse movimento, por sua vez, exigiu pensar e tratar o jovem como sujeito social e a juventude como um momento. O que significa desnaturalizá-las e tratá-las como categorias socialmente construídas, portanto, históricas e passíveis de mudança no tempo e no espaço.

O primeiro resultado dessa reflexão foi apresentado no trabalho “O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude”. O texto que ora se apresenta, pretende seguir os caminhos trilhados por aquele primeiro, focando a trajetória da construção dessas categorias no Brasil. Assim, o que será discutido é parte da reflexão sobre a forma pela qual foram tratados e pensados o jovem e a condição juvenil no Brasil. A intenção é mostrar como essas categorias são carregadas de sentidos que denotam momentos específicos da história brasileira.

Adverte-se, contudo, que este texto não se constitui em uma extensa e exaustiva revisão da ampla literatura sobre o tema da juventude. Ao contrário, o que se pretende é apontar algumas das linhas gerais que foram conduzindo as diferentes interpretações e leituras sobre ser jovem. Leituras, estas, que, sem dúvida, impulsionam distintas estratégias de se lidar com a juventude e com o próprio jovem.

Para tanto, o texto divide-se em dois momentos: No primeiro, será abordado como, desde o século XIX, o jovem tem sido pensado e tratado no Brasil. Nessa parte, a ênfase está na forma como o jovem tem sido representado no âmbito familiar e pelo Estado. Já na segunda parte, será realizada uma

breve revisão da literatura sociológica sobre o tema juventude.

Quem era e o que era ser jovem no Brasil

Em grande medida, só é possível pensar juventude e jovem como categorias específicas e particulares, no Brasil, com maior força, a partir do século XIX. Nesse momento, parece haver uma distinção de fato entre a juventude e a vida adulta.

Procurando entender o papel da ordem médica na mudança da família e das relações com a infância, Costa (1989) mostra como, no período colonial, o filho tinha uma função secundária, já que o elemento central era o pai. Nesse ambiente, a vida se dividia, fundamentalmente, entre a infância e a vida adulta, pois ao “[...] pai-proprietário interessava o filho adulto com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família” (COSTA, 1989, p.158). O sentido de juventude e o sujeito jovem parecem ter um não lugar nessa ordem familiar, na medida em que, tão logo se chegava à puberdade, os filhos assumiam a postura de adultos. Assim, não existia a imagem de juventude. Mesmo os indivíduos jovens procuravam, em suas vestimentas, trejeitos e linguajar, parecer adultos.

As mudanças promovidas por uma lógica médica e higienista alteraram a relação no seio da família. A partir desse momento, difundiu-se a imagem de que a família patriarcal colonial, baseada no autoritarismo do pai e na violência, era prejudicial ao desenvolvimento dos filhos. Assim, “a medicina passou a ordenar o modelo ideal de família nuclear burguesa. Detentores da ciência tomaram para si a tutela das famílias, indicando e orientando como todos deveriam comportar-se, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer” (COIMBRA, 2003, p. 24).

A alteração da família teve reflexos no que toca à juventude e ao jovem. Nesse momento, o jovem começou a ser visto como um sujeito que se diferencia da criança e do adulto. Forja-se certa concepção de juventude como um momento distinto da infância e da fase adulta. De inexistente, o jovem passou a existente. Mas qual a sua existência? A juventude era vista como um problema. E a escola, como o local privilegiado para educar e disciplinar esse sujeito.

De forma geral, afirma Costa (1989), a Educação no Brasil, naquele momento, dividia-se em duas orientações: a primeira, uma Educação profissionalizante que se iniciava com o indivíduo na puberdade ou no estado adulto, quando o jovem trabalhava como artífice ou pequeno comerciante. O trabalho tinha a função não só de prepará-lo para o ingresso na vida adulta, habilitando-o para ganhar a vida de forma independente, como também de discipliná-lo. Contudo, cabe a ressalva de que essa orientação destinava-se exclusivamente aos jovens pobres, pois

os ricos aprendiam a ler, escrever e contar em casa, sob a direção da mãe (quando esta não era analfabeta), de algum caixeiro mais instruído, de um mestre-escola ou de um padre. Ultrapassado esse nível, ingressavam nos colégios religiosos, onde seguiam a carreira eclesíastica, ou de onde saíam para completar a formação universitária na Europa (COSTA, 1989, p.196).

Era nítido o corte de classe na definição de juventude nesse momento. Para os jovens ricos reservava-se o direito de frequentar a escola e concluir sua formação. A juventude era um momento de passagem e preparação. Ao jovem pobre destinava-se, quando muito, uma Educação profissionalizante. A juventude de se encurtava.

A segunda orientação que norteava o Ensino, nesse período, era a referente ao controle

e disciplina dos jovens. A Escola deveria ser não apenas o local de preparação para a vida adulta, como também o lugar de controle dos impulsos tão comuns à juventude. A Educação era, portanto, instrumento de controle da indisciplina e da degradação moral. Mas também o lugar onde os jovens aprenderiam o respeito ao patrão e à propriedade, em uma sociedade que, cada vez mais, ingressava no mundo burguês capitalista. Afirma Costa (1989):

Nos colégios, os jovens educandos aprendiam a defender a pátria e a propriedade dos antigos e futuros patrões, ao mesmo tempo em que se apresentavam a condenar todos os que, não sendo proprietários, se recusassem a crer no jogo da dignidade do trabalho livre (COSTA, 1989, p. 201).

Foi no século XIX, e fundamentalmente em sua segunda metade, que se iniciou, no Brasil, a produção do discurso sobre a juventude e os jovens. Também nesse século se institucionalizaram a infância e a juventude pobres sob o olhar da Justiça e da filantropia. Havia uma clara preocupação dirigida aos jovens pobres. Contudo, ressalta-se que essas ações estavam revestidas de um sentido moral e embasadas no “autoritarismo das verdades científicas” (LOBO, 1997, p.21). Nesse momento o higienismo forjou uma categorização da pobreza, definindo as estratégias mais adequadas para a prevenção de possíveis desvios vindos dos setores pobres da sociedade. A partir do reconhecimento de uma distinção social quanto aos vícios e virtudes, afirmava-se que aqueles oriundos de boas famílias tenderiam naturalmente a desenvolver características virtuosas (bom caráter, trabalhador, honesto). Já os oriundos de famílias desvirtuadas, desestruturadas, carregariam essa má herança e tenderiam ao crime, a atitudes amorais e aos vícios. A partir dessa noção, eram tecidas as estratégias para o trato com a pobreza e com os pobres.

Afirma Coimbra:

Aos “pobres dignos”, que trabalhavam, mantinham a “família unida” e “ob-servavam os costumes religiosos, era necessário que lhes fossem fortalecidos os valores morais, pois pertenciam a uma classe “mais vulnerável aos vícios e doenças”. Seus filhos deveriam ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, eram portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios. Representavam um perigo social que deveria ser erradicado; daí a necessidade de medidas coercitivas também para essa parcela da população, considerada de criminosos em potencial (COIMBRA, 2003, p.24).

Costa (2007) pondera que, nesse momento, tudo o que se relacionava aos pobres, direta ou indiretamente, associava-se à ideia de periculosidade. Ideia reforçada se o indivíduo fosse pobre e jovem. O jovem pobre personificava o perigo e a ameaça por suas características intrínsecas de perversão e criminalidade. Mesmo quando não realizadas, havia sempre o perigo potencial de sua realização futura. Foi nesse contexto que a Educação punitiva e repressiva foi substituída pela Educação preventiva, sendo que para os jovens pobres, a aprendizagem profissional era uma das poucas alternativas existentes. Diante disso, teve papel importante o exército como local privilegiado de ingresso dos jovens pobres no mundo escolar. Assim,

[...] sobre a aprendizagem profissional do século XIX até início do XX, temos a presença da criança e do jovem pobres marcada nos Arsenais de Guerra do Exército, em especial, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a partir do Decreto da Administração do Arsenal,

de 21 de Fevereiro de 1832 (COSTA, 2007, p.50).

Nos arsenais, os jovens tinham aulas de leitura, escrita, numeração, tabuada e desenho, aritmética, geometria, desenho de máquinas. E,

[...] além das aulas e das oficinas, as crianças e os jovens estavam sujeitos à numeração em seus vestuários e em suas camas. Atentos a moldá-los para o bem eram acordados ao romper do dia, pois as atividades começavam cedo, deveriam estar lavados e vestidos para a primeira ceia do dia. Depois, entrariam em forma de revista, e marchariam para as aulas ou oficinas. Além desses critérios, outros de caráter obrigatório acentuavam o controle: o regulamento interno previa também meia hora para o almoço, a partir do meio dia, com regresso às duas horas, para as referidas atividades. Na ceia da noite, teriam meia hora para a refeição. Em seguida, deveriam receber instruções, antes do descanso, baseadas nas “doutrinas e rezas cristãs” (COSTA, 2007, p.51-52).

A entrada desses jovens nos arsenais cumpria uma dupla função: de um lado, prepará-los para o exercício de uma profissão; de outro, o controle e o disciplinamento da juventude pobre. A representação desse jovem oscilava entre a periculosidade e o despreparo para a vida adulta. A pedagogia do trabalho e a prática da fé cristã foram os instrumentos de controle e ordenamento dos jovens pobres naquele momento, e os arsenais de guerra eram para eles espaços de expurgação, pois, oriundos de um meio ‘miserável’, ser pobre significava o risco potencial do perigo a si e aos demais membros da sociedade.

A partir da segunda metade do século XIX, além do Exército, participaram do debate, sobre o destino dos jovens pobres, outros setores da sociedade. Na transição

do trabalho escravo para o trabalho livre, a questão dos destinos da juventude pobre no Brasil-República passou a ser interesse também de proprietários rurais, preocupados em criar um mercado de mão de obra livre para suas lavouras. Nesse contexto é que se entendem os debates que giravam em torno da precisão de se criar um Ensino Primário aliado à agricultura.

Foi esse o destino de muitos jovens pobres enviados às colônias correcionais, a partir de 1890, através da aplicação do Código Penal. Nele previa-se o encaminhamento dos jovens, acusados de vadiagem ou de outros crimes para as instituições de correção. É importante entendê-lo inserido em um contexto de redefinição do significado e da representação do trabalho. Em realidade, buscava-se construir novas percepções sobre a nova ordem social que surgia – a República –, bem como um sentido positivo do trabalho – até então vinculado ao trabalho escravo e ao negro.

Os dispositivos, presentes no Livro III do Código Penal, estipulavam as penas para aqueles que praticassem a vadiagem: mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Era explícita a intenção de inibir a ociosidade e estimular o trabalho como valor e garantia da cidadania. Também de acordo com o código, até os nove anos de idade aplicava-se a imputabilidade absoluta. Aos maiores de nove anos e menores de 14 valia a análise do discernimento. A partir dos 14 anos, a pessoa estava sujeita a penalidades. Mota Jr. (s/ data) assim afirma:

Proclamada a República (1889), sobreveio o Código Penal de 1890, que operou poucas modificações quanto aos menores: 1º) considerou “não criminosos” os menores de 9 anos (art. 27, § 1º); 2º) os maiores de 9 e menores de 14, que obrassem sem discernimento, também eram considerados “não criminosos” (art. 27, § 2º); 3º) os maiores de 9 e menores de 14 que agissem com discernimento seriam

recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecesse, desde que o recolhimento não excedesse à idade de 17 anos (art. 30); 4º) sendo o delinquente maior de 14 e menor de 17 anos, tornou obrigatória a aplicação da pena da cumplicidade (arts. 64 e 65); 5º) manteve a atenuante genérica da menoridade para os menores de 21 anos (art. 43, § 11).

Embora nunca tenham existido de fato, os jovens infratores deveriam ser enviados para estabelecimentos disciplinares industriais onde poderiam ser reeducados de acordo com os valores da nova ordem social, através do trabalho. Havia nessa legislação uma forte preocupação em se defender a sociedade contra os jovens, considerados ameaça à ordem pública. A Educação pelo trabalho era, dessa forma, o mecanismo fundamental de combate à ociosidade e ao crime – este, visto como consequência natural daquela.

Novamente é importante destacar o recorte de classe. Em realidade, era, fundamentalmente, o jovem pobre o alvo das preocupações disciplinadoras e controladoras do Estado. Havia uma concepção de criminalização da pobreza e da juventude pobre e a identificação do que ficou conhecido como “classes perigosas”.

Essa concepção de juventude perpassou, também, o Código de Menores de 1927, na medida em que nele ganhava centralidade a vigilância em detrimento da proteção. Dessa forma, procurando legislar sobre as crianças e jovens, entre 0 e 18 anos, em diferentes situações – abandono, moradia incerta, pais falecidos, desaparecidos, declarados incapazes, presos havia mais de dois anos, vagabundos, mendigos, de maus costumes, que exercessem trabalhos proibidos ou que fossem economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole – o Código procurou construir um aparato legal que controlasse os perigos iminentes de um

grupo social potencialmente delinquente. Para esses jovens e crianças era reservado o espaço jurídico da reeducação, internação e preparação para o trabalho.

Responsabilizando os pais pelos atos de delinquência e infração, cometidos pelas crianças e jovens, o Código de Menores procurou normatizar a intervenção do Estado na família. Afirma Costa que o Código foi

uma forma de intervir, punindo as famílias na medida em que os poderes públicos deveriam investigar se os pais supriam ou não as necessidades de seus filhos e se estes estavam sendo “controlados”, para que não incomodassem a ordem social. Nessa “pedagogia da punição”, caso os pais não cumprissem suas obrigações junto à família, poderia ser retirada a autoridade paterna, favorecendo, portanto, a emergência de um Estado protetor (2007, p.65).

No Código de Menores de 1979, agruparam-se todas aquelas situações especificadas no Código de 1927, sob a categoria situação irregular. Ou seja, os diversos termos que designavam a criança e o jovem – exposto, abandonado, delinquente, transviado, infrator, vadio, libertino – foram substituídos pela condição de situação irregular.

A revisão das legislações sobre o tratamento dispensado às crianças e jovens infratores permite compreender a forma como foi historicamente tratada e representada a juventude pobre no País. A preocupação, em todas elas, estava em prever ou defender-se dos perigos que os jovens pobres – carentes, em situação de risco, abandonados pela família, ociosos – podiam representar à sociedade.

Inicialmente tratada apenas no campo familiar privado, ou seja, como um problema da família, a partir de meados do século XIX a juventude passou a ser encarada como um problema do Estado, na medida em que realizaria ou poderia realizar algum tipo de

transgressão à moral ou ao patrimônio. Assim, se antes o jovem não possuía um estatuto próprio, a partir do século XIX ele passou a ser regulado e controlado por legislações específicas e associado à imagem de delinquência e criminalidade. É o que expressam o Código Criminal de 1830, o Código Penal de 1890, o primeiro Código de Menores de 1927 e o segundo Código de Menores de 1979.

Jovem e juventude na literatura social: breve panorama

Abordada dessa forma, no âmbito do Poder público, também foi essa a representação que se construiu em torno da juventude no imaginário social e na produção sociológica brasileira por um longo período. O tema da juventude começou a ser preocupação fundamental das Ciências Sociais brasileiras a partir da década de 1950.

Para entender as causas desse interesse, é preciso compreender as situações pelas quais passavam o País e o mundo. Em grande parte do mundo ocidental, a juventude emergiu, no Pós-guerra, como um grande desafio. A partir da década de 1950, passou a ser considerada como um momento suscetível a revolução ou à rebelião. A leitura dominante era a de que parcela dos jovens poderia, por uma condição natural a essa fase da vida, expressar atitudes rebeldes e mesmo delinquentes. Atitudes, essas, que se manifestavam no rock, na filosofia existencialista, na geração beat, nos trajes e na aproximação com os ideais da Revolução Cubana.

Foi, sem dúvida, um momento de clara ascensão juvenil no cenário mundial, principalmente nos EUA Pós-guerra, mas também um marco na construção de uma consciência etária que diferenciava, de maneira dual e antagônica, o mundo dos jovens e o mundo dos adultos. Assim, “a juventude (...), na

década de 1950, já era considerada uma ameaça à estabilidade social. Um problema que carece de investigação e intervenção” (SOUZA, 2006, p.24).

No Brasil não foi diferente. Jovens, principalmente da classe média, influenciados pelos movimentos que vinham dos EUA e da Europa, adotaram muitas das atitudes e comportamentos considerados rebeldes. A partir da década de 1950, e em especial na década de 1960, a produção sociológica brasileira tratou da juventude a partir de duas posições: rebeldia ou conformismo diante dos processos de mudança social, pelos quais vinha passando o País.

Se os gestos e atitudes dos jovens nesse contexto eram interpretados, pela literatura especializada, como de contestação, resultados de desvios e mudanças sociais ou resultantes de conflitos geracionais, a partir da década de 1970 inaugurou-se uma nova leitura sobre a juventude, muito influenciada pelos acontecimentos ocorridos em 1968. Os movimentos que tremeram o mundo, em 1968, colocaram em cena a juventude como uma nova força que emergia, negando as consideradas formas tradicionais de organização e manifestação. De maneira espontânea, jovens, em diferentes porções do mundo, foram às ruas afirmar suas posições contrárias à cultura ocidental dominante.

Em livro publicado, em 1968, no auge dos acontecimentos, lia-se:

Todos esses movimentos estudantis, de certa forma, colocaram em cheque muita teoria e muita prática que vinha se sedimentando nos últimos tempos em ambos os campos ideológicos em confronto. Nem um socialismo estatal, rígido e dogmático, nem a sociedade industrial neo-capitalista dos países desenvolvidos conseguem satisfazer as aspirações autenticamente libertárias dos jovens, que se sentem sufocar, sem saída. Não são apenas eles que são asfixiados,

é a sociedade inteira; no entanto, apenas eles têm a coragem de dizê-lo, de agir. A Leste e a Oeste (LEFEBVRE, 1968, p.23).

No Brasil, a luta direcionava-se também contra a ditadura militar e contra a reforma educacional que, dentre outras coisas, visava a tornar as universidades públicas rentáveis através da cobrança de mensalidades. Nos rumos dos acontecimentos ocorridos no mundo, em 1968, milhares de jovens foram às ruas questionando abertamente a Ditadura militar. Foram muitos os acontecimentos que se sucederam naquele ano e em curto período de tempo: manifestações ocorridas pela morte do estudante Edson Luis, a invasão da UnB pela polícia, a Passeata dos Cem Mil, a decretação do AI-5, o confronto armado com a ditadura: são apenas alguns deles. Toda essa movimentação da juventude foi interpretada, pela sociologia brasileira, a partir da perspectiva da luta de classes, que identificou a crise da juventude como uma representação da crise de toda a sociedade. Para Foracchi (1972), os jovens seriam os responsáveis pela mudança, organizados em movimentos estudantis que, por sua vez, seriam resultantes do conflito entre uma classe média emergente e os setores dominantes, sendo, no entanto, uma das únicas e mais vitais forças atuantes no Brasil naquele período.

Souza (2006) mostra como grande parte da Sociologia brasileira dos anos de 1960 e 1970 passou a analisar a juventude como categoria social e histórica com importante função política, na medida em que o jovem era encarado como um agente da possível transformação das estruturas sociais. E quem eram esses jovens? Carmo (2001) construiu o retrato dessa juventude a partir de pesquisa realizada pelo Exército, em 1970, com 500 presos políticos. Desses, 56% eram ou tinham sido estudantes havia pouco tempo. A média era de 23 anos, sendo que 80% eram homens. Eram esses os jovens que compunham os

movimentos de resistência à Ditadura: em sua grande maioria, oriundos da classe média urbana. Qual foi o legado dessa interpretação para a constituição da categoria juventude no Brasil?

No Brasil dos anos 60, a ênfase da produção acadêmica no movimento estudantil contribuiu por fazer prevalecer na sociologia e disseminar pela sociedade uma noção de juventude que, de fato, referia-se a um segmento bastante específico da população (estudantes universitários em ascensão social). Tal como concebido (...) o “jovem” era o estudante universitário, mas não o estudante pobre (...) universitário, (...) não o aluno dos ensinos secundário ou primário, muito menos o não-estudante (SOUZA, 2006, p.28).

Ou seja, a Sociologia brasileira, dos anos de 1960 e 1970, referia-se basicamente à juventude a partir de um corte etário e de classe. Incorporavam-se a essa categoria os jovens da classe média e os universitários – indivíduos de 18 anos ou mais. Antes dos 18 anos, eram considerados adolescentes quando se referiam aos jovens das camadas médias e altas. Já o termo menor aplicava-se aos adolescentes e crianças pobres e em situações legais.

A importância dos jovens, no final dos anos de 1960 e ao longo dos anos de 1970, foi tão grande no cenário político brasileiro e internacional, que contribuiu para disseminar uma imagem de juventude associada à revolta e à rebeldia. Os jovens desse período foram classificados como atores políticos de forte potencial transformador, e suas práticas identificadas como verdadeiramente revolucionárias.

O peso dessa leitura caiu como um rochedo sobre as gerações seguintes: os jovens de 1980 e 1990 foram tachados, pelos meios de comunicação de massa, pelo senso comum e por parte das Ciências Sociais, como apá-

ticos, apolíticos e acrílicos. É nesse sentido que,

[...] em comparação com o mito, acontecimento deslocado do tempo e da história, figura unitária que transformou em identidade o que era pluralidade e movimento de desidentificação, o comportamento juvenil posterior começou a aparecer como negação ou traição (SOUZA, 2006, p. 30).

O início da década de 1980 foi, do ponto de vista político, o momento da transição de um governo autoritário para um democrático e, do ponto de vista econômico, o momento do fim do chamado “milagre econômico”. Foi nesse contexto que emergiram na Sociologia trabalhos que buscavam identificar e compreender as razões para a apatia dos jovens da geração de 1980. A produção nesse campo estava fortemente atrelada à produção sociológica no campo dos movimentos sociais, que identificava como um dos elementos para a desmobilização das ações coletivas a inadaptação à nova conjuntura política vivida.

Para esses intérpretes, o processo de abertura e a redemocratização teriam deixado de produzir um objetivo para a luta dos movimentos, já que estes se dirigiam, fundamentalmente, contra o Governo. A abertura do diálogo foi por muito tempo uma das bandeiras de luta. Uma vez conquistada, não haveria mais motivo aparente para a permanência do movimento. O resultado foi o surgimento de novas questões teóricas (CASSAB, 2004).

Essa interpretação que perpassou toda a década de 1980 e parte da de 1990 surgiu em um contexto de releitura dos movimentos sociais e das formas de interpretação das lutas sociais como um todo. As Ciências Sociais brasileiras pareciam viver a ressaca dos anos de 1970 e, desnorteadas, buscavam compreender as mudanças ocorridas nas lutas sociais após a abertura política. Foram

comuns interpretações que analisavam as mudanças sob a óptica de uma rejeição às formas ditas tradicionais de organização e representação (partidos, sindicatos, diretórios acadêmicos e representações estudantis.). Diversos foram os autores que procuraram, nas práticas cotidianas, identificar os elementos que sinalizavam essa rejeição. Emergiam os estudos sobre os novos movimentos sociais.

Para compreender essa nova abordagem dos movimentos sociais e do próprio papel da juventude, é preciso contextualizá-la frente à produção sociológica dominante na época. Nesse momento, na Europa e nos países latino-americanos, a posição dominante era de negação das explicações marxistas. Por esse motivo, a principal novidade estava na mudança de paradigma no discurso dos intelectuais progressistas que esquadrihavam uma reação às interpretações estruturalistas do marxismo dominante até o final da década de 1960. Ou seja, uma mudança

[...] frente a la dogmatica staliniana e incluso leninista. Se trataba de superar la definición de clases sociales estrechamente ligada a la posición en las relaciones de producción definidas como ‘económicas’, para dar lugar a una interpretación mucho más dinámica y menos teleológica que considerara más bien, en un campo no de necesidad sino de contingencia, actores sociales responsables de acciones colectivas (movimientos) productoras de sociedad. (MONCAYO, <http://club.telepolis.com>).

Essa ruptura em relação ao discurso sociológico, anteriormente dominante, processou-se a partir da observação do suposto esgotamento das antigas formas de manifestações sociais, cujos principais atores eram os movimentos estudantis, partidos e sindicatos operários, somada à emergência de outras formas de “ações coletivas”, aparentemente desvinculadas das antigas. Essas manifesta-

ções de resistência popular, organizadas e independentes de sindicatos e partidos, interpretadas como velhas e tradicionais formas de organização social, foram identificadas como “novos movimentos sociais”.

A análise desloca-se das relações econômicas para a criação de identidades em torno da esfera do cotidiano. Ribeiro sublinha que se trata do reconhecimento, “nos processos de organização e manifestação, de elementos culturais e éticos capazes de forjar identidades construídas com base em valores compartilhados, recuperados e preservados conscientemente por determinados grupos sociais” (1992, p.93).

E os jovens? De um lado, dominou uma leitura de que as crianças dos anos de 1970 teriam sido formadas em um contexto de forte repressão e violência, o que teria produzido, para alguns autores, uma juventude apática, apolítica e alienada nos anos de 1980. Diferentemente dos jovens de 1968 e da década de 1970, os jovens de 1980 não eram mais vistos como agentes políticos de capacidade de transformação social. Ao contrário, todo o debate referente à participação dos jovens na sociedade é permeado por uma representação, quando não negativa, ao menos reducionista da juventude. Seus sujeitos são identificados como alienados e interessados apenas em se inserirem na dinâmica do consumo.

Por outro lado, a valorização da esfera cotidiana e a negação do marxismo e da condição de classe, como instrumentos analíticos, também repercutiram nos estudos sobre a juventude, no Brasil, a partir da década de 1980. As análises que entendiam a juventude, a partir de um corte de classe, e os jovens, como sujeitos da transformação política, são deixadas de lado. Os olhos dos pesquisadores se voltaram para os estudos da cultura como elemento agregador e identificador da juventude. Procurou-se identificar e analisar o que seriam uma “cultura juvenil”

e uma “sociabilidade juvenil”. E nesse novo universo,

[...] o lazer para os jovens aparece como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento das relações de sociabilidade, das buscas e experiências através das quais procuram estruturar suas novas referências e identidades individuais e coletivas. É um espaço menos regulado e disciplinado que o da escola, do trabalho e da família. O lazer se constitui também como um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida. Podemos dizer assim, que é uma das dimensões mais significativas da vivência juvenil (ABRAMO, 1994, p.62).

A ênfase no aspecto político, dada às interpretações sobre a juventude, deslocou-se para sua capacidade de criar e experimentar formas diferentes de relações cotidianas, com forte ênfase no lazer e na cultura. Ou, como afirma Scheren-Warren (1993, p. 38), “em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos”.

A juventude e os jovens seriam produtores de uma nova cultura, a partir da qual se manifestariam práticas democráticas e participativas, com destaque na comunidade, solidariedade e companheirismo. Nessa perspectiva, os estudos sobre os jovens procuram identificar o que seriam novas formas de “ação política”, distintas das formas tradicionais do movimento estudantil da geração de 1970 ou da tese da alienação dos jovens da geração 1980/90 – Geração Coca-Cola. A centralidade da cultura (entendida muitas vezes como sinônimo de lazer) e do agrupamento juvenil são os elementos definidores da juventude.

Em início da década de 1990, o movimento dos caras-pintadas, pelo impeachment do presidente Fernando Collor, colocou novamente a juventude no debate nacional.

Os sucessivos escândalos de corrupção no governo Fernando Collor provocaram uma série de reações pelo País. Sindicatos, partidos e movimentos estudantis se mobilizaram, exigindo a renúncia imediata do presidente. Os jovens novamente foram às ruas em manifestações coloridas e divertidas, com os rostos pintados, gritando e cantando. Em grande medida, as análises sobre esse movimento se dividiam entre aquelas que negavam qualquer relevância dos jovens, nos rumos dos acontecimentos, e aquelas que buscavam dar algum papel a eles. Seja como for, ambas tinham, nos movimentos estudantis da década de 1960/70, o referencial. A primeira reação dos observadores foi a de comparar os caras-pintadas com os jovens revolucionários dos governos militares. Em que medida esses jovens se pareciam com aqueles? Qual era, de fato, a importância desse movimento para a derrubada do presidente? Foram essas as principais questões feitas pelos analistas daquele movimento.

Alguns observadores viram nessa manifestação uma espontaneidade perigosa e manipulável pelos meios de comunicação de massa. Outros, a comprovação de que a juventude dos anos de 1980/90 não seria apática ou apolítica e de que estariam emergindo novas formas de ação política juvenil. Para estes, contudo, essa nova juventude se diferenciaria da anterior por um maior senso de realidade. A luta não é “utópica”, mas sim exequível. A política, portanto, restringe-se a uma dimensão operacional, “uma concepção de política baseada na execução ou operacionalização de projetos; estes entendidos como respostas imediatas a problemas imediatos” (SOUZA, 2006, p.44).

A partir da década de 1990, e caudatária do movimento dos caras-pintadas, parece surgir outra interpretação sobre a juventude, no Brasil, que se fundamenta em uma ideia de política como o aqui e o agora. Realizar atividades localizáveis, com resultados localizáveis no presente, é a nova aspiração

juvenil; ou seja, destituídas de novos projetos societários nos quais a política se restringe à atividade e, em muitos casos, à administração e execução de bens e serviços.

Outro elemento foi importante na construção desse cenário. O “arrastão” nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, ocorrido em outubro de 1992, colocou em cena outra juventude. Não aquela dos caras-pintadas, filhos da classe média, mas jovens residentes nas periferias da cidade, que, em seu deslocamento para a praia, levaram o pânico aos banhistas da região. Andando em grupos, movimentando-se em uma região que “não lhes pertencia”, os jovens pobres explicitaram sua existência. Jovens esquecidos pelos meios de comunicação de massa, pelo Poder público, vistos pela polícia como suspeitos e que, “ao contrário dos jovens do corpo dourado, que querem ser reconhecidos e destacados pela diferença, esses de cara naturalmente pintada de preto querem sair da indiferença a que foram relegados” (CARMO, 2001, p.168).

Também foi a partir dos anos de 1990 que se multiplicaram os estudos sobre juventude no Brasil, com dois enfoques: de um lado, a valorização da juventude na própria sociedade; de outro, a invisibilidade social à qual os jovens são jogados, mas que, apesar disso, forçam sua visibilidade através da participação em atos de violência (principalmente como agressores). Dentre os estudos que procuram afirmar a existência desses jovens, a grande maioria situa-os no campo da cultura como elemento identificador e produtor de sua subjetividade. Proliferaram os estudos sobre as manifestações culturais consideradas caracterizadoras dos jovens da periferia urbana: funk, hip-hop, rap.

Considerações finais

Atualmente, é ainda possível identificar a juventude segundo uma leitura que a toma

por um momento de transição para a fase adulta, no qual os indivíduos estão em iminente risco de se perderem. Segundo Castro e Abramovay (2002), os jovens são frequentemente pensados como atores sem identidades, vontades, desejos e ações próprias. Nessa interpretação, são definidos pela ausência e pelo que não seriam – nem crianças e nem adultos. Sujeitos que precisam de constante vigilância, controle e tutela para que não se pervertam ou não se percam no mundo das drogas ou do crime.

Mas também é identificável uma representação contraditória da juventude e do significado de ser jovem. De um lado, ela é lida como sinônimo de vitalidade, dinamismo e criatividade; por outro, associada à violência e à delinquência. Contudo, o enaltecido protagonismo da condição juvenil não coincide com sua inserção socioeconômica real, uma vez que a falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego, a falta de equipamentos socioculturais são situações vividas cotidianamente pelos jovens pobres das cidades.

Não é possível falar dos jovens urbanos sem pensar nas suas condições de vida, suas atuais e futuras oportunidades e nos sonhos passíveis de se realizarem nessa cidade. Dividindo-se entre as necessidades de estudar e trabalhar, em quererem ter lazer e não terem acesso a ele, de quererem acompanhar a velocidade do mundo digital e não terem acesso a um computador, esses jovens vivem cotidianamente a cidade sem a ela pertencerem de fato.

A todas essas dificuldades se acresce uma posição cada vez mais intolerante e julgadora dos comportamentos e diferenças desses jovens que são, sistematicamente, associados à ideia de violência e delinquência. Castro e Abramovay (2002, p.19) afirmam que, para os meios de comunicação, “os jovens, principalmente se pobres e negros, são os

sujeitos perigosos, perigo este ligado à sua classe e idade”.

Pensado de forma dual, o jovem ora é tratado como transgressor e delinquente, ora como peça modernizante da sociedade, idealizado como esperança. Nessa concepção, abandona-se o entendimento do jovem como agente do presente. Por trás dela, estaria a noção da juventude como uma fase da vida, uma transição.

De fato, em todas as concepções inexistente a consideração de que a categoria juventude engloba uma série de categorias diferentes. A juventude não seria um bloco homogêneo. Daí a impossibilidade de se falar em juventude no singular. São tantas as juventudes quanto são as classes sociais, as etnias, as religiões, os gêneros, os mundos urbanos ou rurais, etc. Tal é a posição defendida por

Castro e Abramovay (2002, p.25), ao afirmarem que “definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça etc.”.

O que significa que juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, presente na ordem social, e não na natural. Daí sua mutabilidade ao longo da História e as diferentes interpretações presentes na literatura especializada e no imaginário social brasileiro. Daí os distintos significados de ser jovem, ao longo do tempo. A juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais em seus diferentes tempo e espaço.

AUTOR

Clarice Cassab - Doutora em Geografia, pela UFF. Professora adjunta do Curso de Geografia da UFJF. E-mail: claricecassab@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. São Paulo: Garamond, 1999.
- CARMO, Paulo Sergio do. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CASSAB, Clarice. **Mudanças e permanências**: novos desafios aos movimentos sociais urbanos. Uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional) – IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro.
- COIMBRA, C. & NASCIMENTO, M. L. do. **Jovens pobres**: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P.C.P. e JUNIANELLI, M.A.S. (orgs), **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COSTA, Eduardo Antonio de Pontes. **Diário de um pesquisador**: jovens pobres em devir na (in) visibilidade da formação profissional. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2007.

- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. **A irrupção**. São Paulo: Editora Documentos, 1968.
- LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Educação e mídia esportiva: representações sociais de juventude**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2004.
- LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da História: a instituição das deficiências no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 1997.
- MOCANYO, Hector León. **Los Movimientos sociales entre la condicionalidad y la globalización**. Disponível em: <<http://club.telepolis.com/movimientos/art>>. Acesso em: 24 jul 2003.
- MOTA JÚNIOR, Eliseu F. da. **Infância e juventude: os meios modernos de comunicação e os mecanismos de controle**. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_publicacao_divulgacao/doc_gra_doutrina_civel/civel%2041.pdf
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos, sujeitos sociais e política (elementos para a prática pedagógica). **Cadernos IPPUR**, ano 6, n. 1. Rio de Janeiro: 1992, p. 89-103.
- SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2006.

